

# Apresentação

Rui Graça Feijó

*Portugal: questão que eu tenho comigo mesmo.*  
Alexandre O'Neill\*

## 1. Para compreender o lugar deste livro na vida de Hermínio Martins

Hermínio Martins (20 de Junho de 1934-19 de Agosto de 2015) nasceu em Lourenço Marques (hoje Maputo), a capital de Moçambique, possessão integrada no império colonial português pelo Acto Colonial de 1930.<sup>1</sup> O seu avô paterno emigrara para a costa ocidental do Índico em finais do século XIX, e o seu pai, Aníbal Augusto Martins, nascera já nessa colónia em 1908. Ambos eram quadros da companhia de caminhos de ferro. Hermínio era, assim, um emigrante de terceira geração, como diríamos agora, com uma origem paterna europeia reforçada pelo lado da mãe (originária da Beira

---

\* Do poema «Portugal», do livro *Feira Cabisbaixa* (Lisboa: Ulisseia, 1965).

<sup>1</sup> Para elementos mais pormenorizados da biografia de Hermínio Martins, v. o seu obituário publicado por José Luís Garcia na *Análise Social*, 218 (2016); a introdução do mesmo autor ao seu *festschrift* organizado por Manuel Villaverde Cabral, José Luís Garcia e Helena Mateus Jerónimo, *Razão, Tempo e Tecnologia* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006); a «Entrevista a Hermínio Martins», por Helena Mateus Jerónimo, na *Análise Social*, 200 (2011); e a entrevista autobiográfica concedida por Hermínio a Maria Antonieta Leopoldi, inserida no volume organizado por Maria Ângela d'Incao, *Domínio das Tecnologias: Ensaios em Homenagem a Hermínio Martins* [Presidente Venceslau (São Paulo): Letras à Margem, 2015].

Alta) e com uma vivência quase exclusiva de África até ao fim da sua juventude. Tendo a mãe morrido quando Hermínio tinha apenas 5 anos, passou a ter especial relevo nos seus afectos – até ao fim da vida – a sua tia materna, Silvina, que se ocupou da sua educação. Com o casal de tios e com o pai, Hermínio visitou Portugal aos 7 anos de idade (1941-1942). Nesse ano de licença dos seus familiares frequentou a escola primária na «metrópole» – a única experiência de relacionamento formal com uma instituição de ensino em Portugal continental até depois da sua reforma. Regressado a Moçambique, aí faria toda a escolaridade até terminar, em 1951, o ensino secundário. No liceu de Lourenço Marques teve como companheiros de geração jovens como os irmãos filósofos Fernando e José Gil, o cineasta radicado no Brasil Ruy Guerra, os escritores Eugénio Lisboa e Rui Knopfli, ou ainda – um pouco mais novo – Otelo Saraiva de Carvalho. Importantes quadros africanos que viriam a militar na FRELIMO igualmente partilharam experiências de juventude com Hermínio, que se escusava sempre a mencioná-los pelo nome. A sua imensa curiosidade intelectual cedo se manifestou, e Hermínio frequentou as poucas livrarias da cidade em busca de novas e estimulantes leituras que uma malha menos apertada da censura, aliada à presença de uma comunidade de europeus liberais e republicanos, para não dizer mais radicais, permitia e justificava que estivessem disponíveis. Terá tido aí os primeiros contactos com o pensamento anticolonial e democrático, bem como com o marxismo, sendo visto como um activista da oposição ao regime. Terminado o liceu, sentindo-se simultaneamente sufocado pelo ambiente fechado da colónia e ameaçado pela vigilância policial, e dispondo da boa vontade do pai e dos tios, que se prontificaram a mais uns sacrifícios para o apoiarem financeiramente, Hermínio partiu para Inglaterra. Em boa hora o fez, na medida em que a polícia viria a interrogar alguns dos seus colegas que, aproveitando-se da sua ausência, que o punha a salvo, apontariam o seu nome como sendo o instigador-mor da sua rebelião. Hermínio sempre referia que o tinham usado como bode expiatório para sacudir alguma água do capote em momentos de algum aperto e menor coragem, não se sentindo representado nessa função de liderança dos seus companheiros – fazendo-se valer de alguma da sua modéstia. Essa circunstância, no entanto, teria sérias consequências para si: o seu regresso a Moçambique passou a estar-lhe vedado, pelo menos até à queda do regime.

Talvez envolvido pela influência inglesa na África austral, Hermínio não seguiu as pisadas de muitos estudantes portugueses que demandaram terras francesas, mas optou pelo Reino Unido. Aí viveria quase em permanência de 1951 até à data da sua morte, em 2015. Apenas fez um intervalo quando viveu nos Estados Unidos da América (EUA) (1966-1968). A partir da altura, em finais dos anos 1980, em que comprara um apartamento para a sua tia em Carcavelos, passava alguns períodos em Portugal.

Em Londres inscreveu-se na London School of Economics, vindo a obter um *B Sc in Economics*, com um *minor* em Sociologia, que lhe abriu as portas do ensino universitário. Passou pelas Universidades de Leeds e de Essex, o que lhe deu oportunidade para viver dois anos nos EUA (Universidades de Harvard e da Pensilvânia), onde se dedicou ao ensino da Sociologia. O pendor teórico e filosófico das suas preocupações já está então bem definido e manter-se-ia como sua marca-d'água. O ensino de que estava encarregado era sobretudo no campo da teoria sociológica. Como viria a contar numa roda de amigos, um colega seu teria dito (com o seu assentimento divertido): «O Hermínio está casado com a sociologia, mas a filosofia é a sua amante.»

Em 1971 abrem-se-lhe as portas da Universidade de Oxford, sendo admitido como *fellow* do St. Antony's College, onde permaneceria até à sua jubilação, em 2001. Formalmente, o seu lugar ligava-se com a sociologia da América Latina, o que o fez abrir um novo capítulo nos seus interesses, leccionando e orientando diversos doutorandos, visitando amiúde a região (sobretudo o Brasil), onde hoje permanece um nome de referência – tal como o livro organizado por Maria Ângela d'Incao bem testemunha.

Nos anos que antecederam a sua chegada a Oxford, Hermínio tinha-se dedicado a estudos de pendor empírico sobre o Portugal contemporâneo. Exilado, sem poder visitar Portugal, angustiado com a persistência da ditadura de Salazar e particularmente com a guerra que se desenrolava em Moçambique, onde se mantinha grande parte da sua família, Hermínio assume (na introdução que virá a escrever para uma colectânea dos seus textos sobre Portugal) a dimensão cívica do seu gesto, e mesmo a sua origem, explicitamente fundada num posicionamento político claro. Esses ensaios, que pouca gente em Portugal terá tido oportunidade de ler nessa altura, viriam a ser publicados em português mais de vinte anos passados

sobre o 25 de Abril numa colectânea a que chamou *Classe, Status e Poder e Outros Ensaios sobre Portugal* (Lisboa: ICS, 1988) com grande sucesso – e com igual prazer. Esses ensaios, densos e polémicos, escritos a pedido de colegas e amigos que são hoje nomes incontornáveis dos estudos políticos, como Stuart Woolf, Salvador Giner, Ernest Gelner ou Juan J. Linz, de alguma forma prefiguram temas que revisitaria na preparação do presente livro e não podem deixar de ser vivamente recomendados. Aliás, na introdução a esse volume, Hermínio chamou a atenção para o nexo – à época um tanto misterioso – entre esses ensaios e «as minhas reflexões mais recentes sobre mudanças de regime em Portugal no século xx», que se plasnam no presente livro.

Em Oxford, antes do 25 de Abril, Hermínio teve um dos poucos estudantes portugueses que orientou directamente nas suas teses de doutoramento – Maria Filomena Mónica. Outros seriam João Bettencourt da Câmara e Rui Ramos, este último muitos anos mais tarde. Nos anos finais da sua vida haveria de ter estudantes em Portugal também, como José Luís Garcia.

Nos anos 1960 e 1970, Hermínio esteve envolvido com o movimento pelo desarmamento nuclear, no auge da Guerra Fria, e cultivou amizade com personalidades marcantes da esquerda inglesa, como Perry Anderson, director da *New Left Review* (com que chegaria a colaborar). No que toca à política portuguesa, é conhecida a sua amizade com Sacuntala de Miranda, uma activista dos círculos da oposição organizada (tendo esta sido militante do MAR – Movimento de Acção Revolucionária) e representante dos exilados portugueses em Inglaterra em estruturas de coordenação dos movimentos contra a ditadura de Salazar e Caetano. No entanto, Hermínio não será um activista deste movimento, mas antes um observador atento, empenhado e crítico.

Na época em que elaborou os primeiros escritos sobre Portugal, Hermínio vivia uma situação peculiar. No Verão de 1967, quando passava férias no México com Margaret, os seus passaportes foram roubados. Hermínio conseguiu no consulado português um novo passaporte com validade de um ano, que lhe permitiu regressar aos EUA para o ano lectivo seguinte e depois a Inglaterra. Em Londres deparou-se com a recusa das entidades diplomáticas lusas de lhe concederem um passaporte normal, apenas lhe sendo oferecido um documento válido por três meses, que o obrigaria a visitar Lisboa

para obter um passaporte normal – e sujeitar-se às contingências do serviço militar obrigatório. Possuindo licença de residência permanente desde que se fixara em Leeds com a sua nova família, ponderou pedir a nacionalidade britânica. Mas, como conta Margaret, tendo feito uma cadeira de Direito Constitucional na LSE, estava ciente de que esse pedido poderia ser recusado sem qualquer explicação – e essa circunstância, que diminuía a racionalidade e aumentava a discricionariedade da medida, levou-o a não avançar. Hermínio dirigiu-se então ao *Home Office*, requerendo um passaporte de apátrida (*stateless person travel document*), que lhe seria concedido. O 25 de Abril haveria de trazer alterações a esse estatuto, de que beneficiou por sete anos, e no início de 1975 recebeu o novo passaporte português. Com ele viajaria a Portugal pela primeira vez desde 1951, quando passara fugazmente por Lisboa. Por essa altura, e na sequência do processo de descolonização, foi confrontado com a necessidade de optar entre a nacionalidade portuguesa ou moçambicana – e escolheu permanecer português. No entanto, pouco tempo depois solicitaria um visto para visitar Maputo e o novo país independente, mas o governo local, pela mão de um seu antigo colega de liceu, recusou tal pretensão. Essa decisão provocou-lhe tamanha mágoa que nunca mais faria qualquer diligência para retornar à terra que o vira nascer.

Portugal atraiu-o. Na Páscoa de 1975 passou algumas semanas no país. Nesse mesmo Verão viajou com a família por Castelo Rodrigo – terra da mãe –, Coimbra – onde o pai, a segunda mulher e uma meia-irmã haviam fixado residência em 1974 – e Lisboa. Também a sua tia haveria de retornar em 1975, em condições difíceis, que serão espelhadas nalgumas páginas deste livro nas referências muito críticas que Hermínio faz ao papel dos militares em Moçambique após o 25 de Abril. Na Primavera e Verão de 1976 haveria de passar mais seis meses em Portugal. Mas dessas visitas – às quais se seguiu um período de mais de uma década em que apenas vinha a Portugal esporadicamente – não resultou nenhum contacto conhecido com o mundo universitário português nem nenhuma apetência especial por enveredar por estudos empíricos sobre Portugal.

Findara o período em que Hermínio se considerava um exilado político, mas não o seu distanciamento em relação ao universo académico português. Na verdade, creio que Hermínio, ao fim de vinte e cinco anos a viver em Inglaterra, se assumia como «um dos da casa», sobretudo num ambiente altamente cosmopolita como

Oxford, desvalorizando a sua nacionalidade. Quando o conheci, por ocasião da minha chegada a essa universidade no Outono de 1979, e durante largos anos, Hermínio haveria de falar sempre comigo – e com praticamente todos os outros lusófonos – sistematicamente em inglês, possivelmente por achar que desse modo contribuía (ele que falava o inglês como primeira língua) para facilitar a integração dos recém-chegados no meio de Oxford. Ainda não era o tempo dos *workshops on Portuguese and Lusophone history, politics and society* (organizados com a colaboração do David Goldey) ou da «mesa lusófona» num dia determinado da semana – primeiro em St. Antony’s, depois no University Club.

Em 1982, Hermínio colaborou com João de Pina Cabral e comigo na edição de um livrinho sobre a morte em Portugal, escrevendo o texto introdutório de carácter teórico. Esse livro teria uma versão alargada em português, publicada em 1985 – e creio que esse é o primeiro texto seu a ser publicado na nossa língua.<sup>2</sup>

A explosão das ciências sociais em Portugal na década que se seguiu à revolução dos cravos criou um novo ambiente intelectual no país, e a internacionalização científica começou a dar passos relevantes, que se acentuariam dramaticamente com o magistério de Mariano Gago no Ministério da Ciência a partir de 1995. É neste ambiente que Hermínio começa a ser reconhecido na academia portuguesa, nomeadamente através de pessoas, como Manuel Villaverde Cabral ou João de Pina Cabral, que o conheceram em Oxford. Eu próprio o convidei a proferir um ciclo de palestras no âmbito do Seminário Aberto de Ciências Sociais na Faculdade de Economia do Porto em 1984 – uma das primeiras experiências suas nas instituições universitárias nacionais. Curiosamente, Hermínio escolheu dar três aulas sobre Teoria Social e nenhuma reflexão fez sobre Portugal. Esse reconhecimento cresceu com a publicação de *Hegel, Texas e Outros Ensaios de Teoria Social* (Lisboa: ICS, 1996) – publicação que resultou dos contactos de Hermínio com colegas, como José Bragança de Miranda, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, ou o seu antigo aluno João Bettencourt da Câmara, então a leccionar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Os seus

---

<sup>2</sup> Hermínio Martins, João de Pina Cabral e Rui Graça Feijó, *Death in Modern Portugal* (Oxford: JASO, 1982), e *A Morte no Portugal Contemporâneo* (Lisboa: Querco, 1985).

contactos estendiam-se a centros de saber fora da capital e incluíam, por exemplo, Manuel Carlos Silva, na Universidade do Minho, ou Adelino Torres, em Coimbra, e não deixava de fora aqueles que foram tradutores dos seus textos, como António Fernando Cascais e Tito Cardoso da Cunha. Mas o fulcro das suas relações estava no Instituto de Ciências Sociais (ICS), onde tinha vários amigos próximos que contribuíram para a edição de *Classe, Status e Poder* em 1998 e onde viria a ser investigador coordenador convidado por cinco anos após a sua jubilação em Oxford.

Em paralelo, o nome de Hermínio Martins alastrava dentro das paredes da academia e saltava para um reconhecimento mais amplo. A Universidade de Lisboa concedeu-lhe, por iniciativa do ICS e de Manuel Villaverde Cabral, o grau de doutor *honoris causa* (2006) e em 2014 a Universidade de Évora realizou uma conferência dedicada ao estudo da sua obra. Num outro plano, dois presidentes da República homenagearam-no com comendas da Ordem do Infante D. Henrique (Mário Soares, 1993) e da Ordem de Sant'Iago da Espada do mérito cultural (Jorge Sampaio, 2001). Pude testemunhar a emoção que se apoderou de Hermínio no momento de receber esses tributos e creio não errar se disser que terão contribuído para que assumisse uma espécie de dever moral de passar a escrito as suas reflexões sobre o país que, ao cabo de alguns tormentos, acabou por se render ao seu génio. A pacificação das relações entre Hermínio e Portugal, porém, não seria total – e um exemplo pode ilustrar esta afirmação: sendo um democrata convicto, Hermínio nunca votou em eleições portuguesas, embora tenha usado esse seu direito, adquirido depois da adesão do país à União Europeia, para votar em eleições europeias e locais no Reino Unido. É neste contexto de resolução de uma questão íntima que surge o presente livro.

Em alguns escritos das últimas décadas perpassam referências a Portugal. Por exemplo, no texto que redigiu sobre a «mercantilização das universidades», ou noutro em que abordava a questão da participação de cientistas sociais – em especial, de sociólogos – na vida política como agentes directos. Hermínio também participou em encontros académicos em que Portugal era o fulcro, como a conferência organizada por ocasião dos vinte anos do 25 de Abril na Brown University, e em mais do que uma das que Douglas Wheeler periodicamente acolhia em New Hampshire – sem que daí tivessem resultado textos publicados. Nenhum outro escrito ou intervenção

pública têm o fôlego e amplitude que Hermínio quis emprestar ao manuscrito que agora se publica.

Parte integrante do impulso que levou Hermínio à escrita deste livro deve ser procurada na sua vasta erudição e na constatação que fez, vezes sem conta, de que as alusões a Portugal – mesmo em obras de referência bem cotadas no meio acadêmico inglês – eram, para dizer o mínimo, superficiais, se não mesmo erradas, e que delas emergia uma imagem distorcida do país como um caso de atraso sistemático e de imitação serôdia de tendências já bem manifestadas noutros contextos nacionais. Essa visão – que não deixa de ecoar alguns dos *topoi* que animam uma certa *intelligentsia* nacional – seria impietosamente desmontada nas reflexões sobre as mudanças de regime, como o leitor poderá constatar mais adiante. Um exemplo recorrente diz respeito à relação com o que se passou em Espanha, que leva Hermínio a bradar:

a noção de que «tudo» o que acontece em Portugal (sendo este «tudo» qualquer coisa com grande significado), sobretudo na área das mudanças políticas sistêmicas, tem de ser precedido por semelhantes mudanças em Espanha é manifestamente contrária aos factos – pelo menos no que se refere a mudanças de regime, já que, no século xx, a transição para um regime republicano, a viragem para regimes autoritários de direita e a transição para uma democracia de estilo ocidental ocorreram em Portugal antes das correspondentes mudanças em Espanha. A distância temporal do último caso foi de apenas três ou quatro anos, mas nos outros foi de vinte e treze anos respectivamente. Quer dizer: o país mais pequeno parece mais a «lebre» (na perspectiva de um agente exterior) em vários aspectos críticos, ou pelo menos percorreu um padrão comum de mudanças com alguns anos de avanço.

Neste livro, Hermínio regressa vezes sem conta à questão do pioneirismo não reconhecido de Portugal, seja a propósito da abolição da pena de morte (além de ser muito precoce em termos europeus, terá sido o primeiro poder colonial a abolir essa pena nos continentes africano e asiático), da concessão de voto às mulheres (nos alvares do Estado Novo), ou de outros temas.

Recolocar a experiência histórica portuguesa no lugar que Hermínio entende ser o seu é bem mais lisonjeiro no cômputo geral para o país do que os mitos decadentistas deixam supor e aparece como um imperativo simultaneamente acadêmico, moral e cívico –



como a contribuição específica de um académico-cidadão comprometido com a sua comunidade de eleição. É a esta luz que julgo dever ser lida a decisão de dedicar o seu tempo a este livro. O presente volume é o seu único texto com dimensão de livro – sendo que Hermínio teve como seu modelo de eleição o ensaio longo e denso, com o qual pôde compor volumes coerentes mas mais originariamente mais fragmentários, porque resultantes de compilação e reescrita de ensaios com outra respiração.

## 2. Génese e desenvolvimentos de uma ideia

Na aurora deste milénio chegou a hora de Hermínio se aposentar. Em Oxford foi eleito pelos seus pares *emeritus fellow* do seu St. Antony's de (quase) uma vida, o que particularmente o sensibilizaria. Mas não chegara decerto o momento de abrandar o ritmo frenético do seu inquirir, e aceitou com gosto o lugar que o ICS lhe ofereceu. Passou a prolongar as suas estadas em Carcavelos. Multiplicou os contactos com colegas de várias universidades e aceitou orientar alguns estudantes de doutoramento. Estava à vista de quem queria ver que Hermínio procurava o seu lugar em Portugal e sentia um especial prazer no seu novo estatuto.

Ainda antes da reforma (formal), e numa das últimas sessões do *Portuguese workshop* que durante perto de duas décadas animou de braço dado com David Goldey, mantendo aberta a porta da Universidade de Oxford às ciências sociais e humanidades portuguesas com uma perseverança notável, Hermínio apresentou uma primeira versão da estrutura do texto que ora se publica (decorrida mais de década e meia). Tratou-se de um momento especial, mesmo num ambiente acostumado a participações de elevado nível. E muitos foram os amigos presentes que incitaram Hermínio a não se deixar ficar pelo magistério oral e directo com os seus interlocutores, mas pensasse seriamente numa forma de divulgação mais abrangente. Um ano volvido, Hermínio mostrou-me um texto dactilografado numa velha máquina de escrever, com cerca de sessenta páginas, e disse: «Está aqui o coração do meu artigo.» No entanto, era só e apenas um princípio. Consciente da sua vontade de trabalhar mais sobre esse rascunho, prontifiquei-me a fazer a sua conversão em ficheiro electrónico, de maneira que Hermínio – que começara então a usar

o computador pessoal – mais facilmente produzisse o seu artigo. Em poucas semanas pude enviar-lhe uma *diskette*.

Por essa altura vivi em Timor Leste e não segui a evolução do texto. Mas em 28 de Julho de 2007 Hermínio enviou-me um *email* com um anexo: um ficheiro contendo *Reflections on Regime Change in Twentieth Century Portugal* – um original com 120 000 palavras. O mesmo texto terá sido enviado a alguns amigos próximos (David Goldey, Manuel Villaverde Cabral, Laurence Whitehead...). Sei que o texto circulou, por sua iniciativa, por mais alguns colegas (António Costa Pinto, Manuel de Lucena...). A mim perguntava se estaria na disposição de o traduzir, ao que anuí de imediato. O facto de Manuel Villaverde Cabral ser à época director do ICS e ter mobilizado a sua editora para o projecto contribuiu para que se desse então um significativo passo.

A troca de mensagens em que discutimos os termos do meu trabalho data de inícios de 2008. Nessa correspondência, e depois num encontro cara a cara, ficou assente que me caberia propor, mais do que uma simples tradução, uma versão portuguesa para publicação. Dito de outro modo: Hermínio solicitou-me que assumisse também o papel de *editor* – reservando para si, como é natural, a última palavra sobre o que viesse a ser o texto final. Os meses que se seguiram foram de intenso trabalho, de parte a parte. Nos primeiros dias de Junho, Hermínio tinha em seu poder a segunda versão do texto português, elaborada sobre os comentários que o autor fizera ao meu trabalho inicial. E aí começou uma nova etapa...

Envolvido na organização de *Experimentum Humanum: Civilização Tecnológica e Condição Humana*, que viria a dar a lume em 2011, Hermínio não deu sequência ao nosso trabalho comum. É compreensível, dado o peso que esse *opus magnum* (como muito justamente tem vindo a ser reconhecido) tem no panorama intelectual contemporâneo, e não só português. Esperei que esse pesado trabalho estivesse concluído (mal sabendo que haveria ainda de trabalhar numa versão brasileira desse livro, vinda a público em 2012) e que recuperasse o fôlego. Era evidente para os seus amigos que esse esforço o levava perto da exaustão. Mas nesse momento Hermínio desapareceu do (meu) mundo, não tendo durante cerca de três anos recebido qualquer notícia sua – nem mesmo quando passei um trimestre em Oxford em 2012 e o avisei de que estaria à espera de o ver...

Até que, em 2014, por ocasião da morte de David Goldey, nova série de contactos emerge, por sua iniciativa, e se desenvolve quando regresssei ao St. Antony's para mais um trimestre no Outono desse ano. Foi então possível recuperar o projecto e recolocá-lo em movimento. Agendámos um encontro para inícios de 2015 em Lisboa (que não viria a ter lugar). E a morte acabou por surpreender Hermínio em Agosto, sem que efectivamente tivéssemos dado corpo final ao compromisso de avançar com o livro – embora tivéssemos então trocado algumas ideias e eu tenha recebido indicações relevantes a este propósito. Como vários amigos comuns haviam vaticinado, em jeito de provocação, levando ao surgimento de um sorriso benévolo em Hermínio, este viria mesmo a ser um livro póstumo.

Durante a minha última estada em Oxford, para além de encontros frequentes (os «almoços lusófonos» de quinta-feira no University Club, uns chás na Blackwell's...), voltámos a trocar correspondência electrónica. Logo em Novembro de 2014, Hermínio enviou-me um ficheiro com o livro em inglês. Perante a minha dúvida em saber se esse manuscrito representaria um texto reformulado, escreveu-me:

Não se preocupe com o texto do *Regime Change* em inglês que lhe mandei. Fica fora dos nossos assuntos. *Ignore it!* [email de 5 de Dezembro].

No dia seguinte insistiu:

Não precisa de traduzir mais nada! [...] O que tenho ampliado foi escrito em português, o texto prefinal está todo na língua amada. Não há mais nada em inglês que precise de ser traduzido [email de 6 de Dezembro].

Restava voltarmo-nos para o texto em português e verificar qual o ponto da situação. Por que razão seria este, para Hermínio, «prefinal»? Para mim era-o sem sombra de dúvida, como direi adiante. Mas é útil perceber o que assomava ao espírito do seu autor.

No *email* de 5 de Dezembro, Hermínio escreveu:

Quanto ao texto em português do *Regime Change*:  
A genealogia do texto parece-me ser esta:

A primeira versão que escrevi há uns anos vou designar por E1. Teria ficado na gaveta por um tempo indeterminado, possivelmente para sempre, mas o Rui salvou-o, empenhou-se e traduziu-o. Vou designar esta primeira versão em português como P1.

A seguir, acrescentei mais coisas em inglês, gerando o texto que vou designar por E2, e o Rui traduziu-as também, com um certo grau de *editing* também. A sua versão em português vou designar por P2.

Desde então tenho acrescentado algumas coisas, aliás talvez uns 15% ou 20% adicionais, e a versão final, final no sentido de que é aquela que está agora nos meus dois computadores, que não terá visto ainda, embora seja substancialmente a mesma que conhecia muito bem, vou designar por P3.

Estava encontrado o ponto a partir do qual havia que trabalhar.

Sucede, porém, que, depois da morte de Hermínio, o que Margaret Martins e José Luís Garcia encontraram nos seus computadores – um em Oxford, outro em Carcavelos – é algo que não corresponde perfeitamente ao que acabo de transcrever. Dos cinco capítulos que compõem (na minha proposta) o livro – um por ficheiro electrónico –, um deles tem mais cerca de 1000 palavras do que a versão P2, um outro menos cerca de 500 palavras, e os restantes são exactamente iguais à versão que eu tinha. Estas diferenças estão longe de representar uma adição de cerca de 20 000 palavras, como Hermínio informara. Mas, não havendo nenhuma versão que melhor corresponda ao trabalho produzido, entendeu Margaret Martins, com o apoio de amigos que acompanharam este processo, que se justificava a publicação do material encontrado. Essa opção de fundo traduz-se na decisão de utilizar as versões dos capítulos que estavam armazenadas nos computadores de Hermínio como a base para o presente livro. Aliás, é possível que Hermínio não tenha sido exacto na sua mensagem a que me tenho vindo a referir, na medida em que o documento E1 tinha cerca de 120 000 palavras (entre o texto principal e as notas) e aquele que agora se publica e que segue de muito perto a versão P2 tem cerca de 135 000. Terão as grandes alterações a que Hermínio se referia ocorrido na preparação da versão P2 e não após, como me escreveu?

Regressemos à correspondência com Hermínio em finais de 2014. Tendo em vista produzir um texto para publicação, o problema que ele me colocou em primeiro lugar foi o da sequência dos capítulos e,

de um modo mais abrangente, o que entendia faltar para se ter «um livro *in potentia*» era a questão da sua organização interna. A versão mais avançada que eu elaborei continha sugestões de *editing*, nomeadamente a reorganização dos capítulos. Para cabal esclarecimento do leitor, no quadro seguinte apresento uma comparação entre o manuscrito original (de 2007, o E1) e a minha proposta, que acabei por seguir na preparação do texto para publicação. Quem o desejar poderá sempre ler o livro pela ordem que Hermínio lhe deu na primeira fase de elaboração deste vasto projecto.

Quadro 1

Versão original em inglês (E1) 2007	Estrutura seguida na presente publicação
I. On the analysis of regime change	Primeira parte Capítulo 1
2. Regime change, «critical elections» and «critical coups»	Capítulo 2.1
3. The role of war and international environment	Capítulo 3.1
4. Three «critical coups» in 20th c. Portugal anatomized	Capítulo 2.2
5. International perceptions of and responses to regime changes in 20th c. Portugal	Capítulo 3.2
II. The Portuguese Republic and republicanism	Segunda parte Capítulo 4
II. Regime change in 20th c. Portugal	Capítulo 5

Em segundo lugar, Hermínio referia o seguinte:

Tem-se publicado sobre assuntos com alguma relevância para os meus tópicos, que não sei muito bem como lidar com essas publicações (em livro, que não consultei revistas). Mas talvez possa superar esta dificuldade acrescentando algumas notas bibliográficas dentro de um prazo bem curto. Há certamente alguns livros que gostaria de citar. Seriam só uns poucos parágrafos adicionais [*email* de 5 de Dezembro].

Vinda de quem vem – leitor insaciável e omnívoro –, esta nota não se estranha. Além disso, é conhecido o espírito perfeccionista do autor, e as delongas na elaboração de textos que essa atitude permanentemente gerava, para desespero de quem tinha em mãos projectos editoriais com colaboração sua. Na versão usada para esta publicação, em mais do que um lugar aparecem referências a livros que deveriam ser lidos e/ou citados – que me esforcei por deixar ficar a nível de notas de rodapé, por forma a indicar ao leitor a insatisfação de Hermínio com o seu próprio texto e as pistas que entendia serem úteis de seguir. Mas esse problema, que consumia o autor (e que talvez tivesse sido, pelo menos em parte, colmatado na tal versão P3 que não lográmos encontrar), não foi considerado suficientemente ponderoso para subtrair do público leitor um texto que incorpora um trabalho paulatino de décadas de leituras e sobretudo de reflexão e que revela, se não um conhecimento exaustivo da novíssima produção académica portuguesa, um elevadíssimo poder de enquadramento teórico e empírico em molduras comparativas por vezes surpreendentes.

Em terceiro lugar, Hermínio apontava um entrave a que se considerasse terminado o seu texto: o gosto que tinha em que os seus textos fossem lidos por colegas e amigos antes de os dar à estampa.

Quanto a este escrito, apenas David Goldey lera (ou melhor, transmitira a Hermínio alguma observação crítica) a versão E1, e o autor e eu seríamos os únicos a conhecer as versões subsequentes de um livro *in fieri*.

Retirei da sua objecção a abertura de Hermínio para que o texto viesse a sofrer alterações em função de comentários críticos. E, apesar de «um certo trabalho de *editing*» inicial (que fora de carácter minimalista, como direi adiante), tratei de fazer uma leitura atenta sobretudo a detalhes onde a memória ou um apontamento menos bem transcrito pudessem ter induzido em erro – mas ative-me, mais uma vez, a uma dimensão consentânea com a vontade de não me sobrepôr à voz do autor, e tendo sempre em vista um suporte objectivo (por exemplo, datas, que Hermínio gostava de citar e que por vezes não estavam correctas). Abstive-me, obviamente, de alterar a expressão de opiniões, juízos ou afirmações que, podendo ser polémicos ou carecer de uma explicitação de suporte, podem parecer um pouco deslocados num texto académico tradicional. Mas nunca o Hermínio foi homem de se deixar formatar...

Finalmente, na longa mensagem que tenho vindo a referir, Hermínio interroga-se sobre a possibilidade de solicitar um prefácio «para dar mais respeitabilidade ao livro». Creio – e nisso sou acompanhado pelos seus amigos que comigo participam nesta aventura, que é simultaneamente um tributo ao amigo e ao mestre – que o nome de Hermínio Martins não carece, em absoluto, de ninguém para que o seu livro seja acolhido como um contributo que vale a pena ler e discutir. Por isso entendemos não convidar ninguém para prefaciá-lo esta obra singular.

Dito isto, considero que os problemas elencados por Hermínio não esgotam o que teria sido útil fazer e julgo mesmo que a sua sugestão de que numa reunião de «uma ou duas horas» se resolveria o conjunto de questões que a preparação do texto final requeria era uma clara manifestação de *wishful thinking*. É sempre possível especular que a desaparecida versão P3 constituiria um texto mais completo e próximo de poder ser publicado e que nela o autor tivesse endereçado alguns dos problemas que, na minha condição de responsável pela presente edição, detecto na versão P2, que foi adoptada como base de trabalho. Mas nem essas duas horas conseguimos agendar...

O sentido do meu trabalho em 2007-2008 foi o de limitar as sugestões à macro-organização do próprio texto, descurando qualquer forma de intervenção mais detalhada. Não me preocupei então com problemas, tais como *fact checking* (por exemplo, ao nível das referências bibliográficas, então – como agora – apenas esboçadas), adaptação a novos quadros (Hermínio usa comparações com a UE15 quando seria pertinente que actualizasse essas referências para a UE28 – nomeadamente quando discute as implicações do catolicismo, que são gritantemente relevantes pelo menos na Polónia), ou muito menos discussão de qualquer opinião do autor, por muito que fosse tentado a entabular um diálogo que acabei por entender ter mais cabimento uma vez assente a tradução (em si mesma, uma tarefa difícil) e as grandes linhas estruturais da obra. Uma vez terminada essa fase, haveria que estabelecer com Hermínio o tal diálogo mais abrangente que permitisse clarificar o seu pensamento no corpo do texto, explicitar referências por demais reduzidas ao estatuto de alusão (com qualquer coisa do espírito de uma novela detectivesca em que o leitor é convidado a imaginar a quem se refere determinada passagem) e, por último, olhar para o manuscrito *in toto* e considerar

se haveria lugar a prolongar num ou noutra sentido algumas das suas reflexões. Infelizmente, esta segunda etapa do trabalho – diria: a sua malha fina – nunca haveria de ocorrer. Sem o conhecimento da versão P3, é impossível saber o que Hermínio lograra passar a escrito nos anos que mediarão entre o fim da primeira fase e o momento da sua morte, em que certamente não terá deixado de burilar o texto. No entanto, logo após lhe ter enviado o que viria a ser designado como versão P2 pude deixar ficar a minha opinião de que o texto merecia alguns desenvolvimentos, quer de temas, quer no sentido de pôr a descoberto alusões por vezes demasiado críticas, além de requerer um labor de lapidação (que é a forma como os diamantes surgem de uma pedra tosca). Por exemplo, numa mensagem que lhe enviei a 5 de Junho de 2008 referia o seguinte:

Falta ainda o Hermínio escrever uma conclusão/notas finais. Do meu ponto de vista, o que seria útil nesse escrito, necessariamente breve, era «amarrar» a análise que foi sendo feita numa súpula; e, eventualmente, discutir se a integração de Portugal na UE representa o corolário da mudança de regime em 1974-76, ou se coloca problemas novos.

Este tipo de discussão, porém, ficou definitivamente encerrado antes de verdadeiramente se iniciar devido à morte de Hermínio em Agosto de 2015.

Finalmente, uma nota sobre as opções que guiaram a minha intervenção inicial enquanto tradutor e *editor* deste texto. Esforcei-me por respeitar o estilo da prosa, muito peculiar, de Hermínio: torrencial, caudalosa e um tanto contorcida em longas frases com variadas orações subordinadas. Tendo tido o gosto de ouvir Hermínio em aulas e seminários vários, reconheço na sua prosa o estilo que emprestava a essas intervenções, quase sempre a partir de pequenas notas, que serviam como pretexto, qual músico de *jazz* em plena improvisação, para composições densas de sentido. Mantive o seu vocabulário erudito, sem cedências a simplismos, e com recurso a neologismos que procurei reinventar, bem como a um número substancial de palavras compósitas. Não se trata de propor uma leitura fácil, mas exigente. Mesmo assim, atrevi-me a limitar alguns excessos: dividi frases que por vezes ocupavam uma página ou mais, propus a introdução de alguns subtítulos dentro das secções dos capítulos da primeira parte (os da segunda parte estavam já organizados com estas indicações),



tentando ajudar o leitor a respirar na leitura de dezenas de páginas seguidas. Num plano mais substantivo, procurei remeter para notas de rodapé alguns excursos que dificultavam desnecessariamente o fio de leitura e, em contrapartida, sugeri ao autor que integrasse no corpo do texto algumas notas de extensão considerável. Para se poder aquilatar da natureza deste problema, diga-se apenas que na versão E1 – contando as notas de rodapé e as de um dos capítulos que apareciam no final – o número de palavras dessas notas se aproximava de 40% do texto total. Na ausência de qualquer objecção por parte do autor, acredito que essas sugestões terão sido acolhidas. Na revisão que acabo de fazer para a versão final voltei a analisar com cautela alterações de natureza similar que se poderiam justificar – e quando optei por avançar com algo que diferia do texto conservado nos computadores de Hermínio assinalei sempre tal facto com uma nota subscrita por mim.

Poderá haver quem pense que fui longe de mais na fixação desta versão final para publicação, afastando-me da literalidade de uma tradução e da exegese da versão P2 – mas encontro conforto para a minha opção na troca de correspondência a que aludi acima e deixei marcas visíveis da minha intervenção. Haverá quiçá quem julgue que o texto, tal como o apresento, sofre de debilidades que poderiam ser evitadas – mas este é o preço a pagar por um texto póstumo cuja versão de base fora considerada pelo seu autor como «prefinal». Não me cabe, como é obvio, colmatar com palavras minhas o que quer que seja de que este estudo eventualmente possa carecer.

### **3. Ler as reflexões de Hermínio**

O livro que Hermínio nos deixou merece ser apreciado com atenção da primeira à última palavra, começando por relevar o seu título, que encerra um conjunto de pistas de leitura. Desde logo, Hermínio entendeu colocar o seu escrito sob a alçada do conceito de «reflexões», que lhe dá o seu estatuto epistémico. Longe de sugerir uma abordagem típica de uma monografia, com um carácter sistemático no tratamento do tema a partir de uma discussão do «estado da arte», o que o autor nos oferece é a assunção de uma perspectiva abertamente subjectiva, alicerçada em décadas de leituras, de observações engajadas (para recuperarmos um conceito metodológico de Raymond

Aron), de diálogos vários. Dessa vivência polifacetada da «questão de Portugal» na consciência cívica e académica de Hermínio resulta um texto que foi sendo escrito e reescrito ao sabor das ocasiões (sem conhecer uma versão final e definitiva pela sua pena) e que por isso mesmo assume um carácter algo fragmentário, por vezes até repetitivo, o que tem o efeito de reforçar ideias-chave. Creio que o leitor beneficiará se encarar este texto como um conjunto de reflexões articuladas, mas que também poderiam ser lidas enquanto entradas (quase) independentes de um dicionário histórico-sociológico.

Este carácter fragmentário do texto é acompanhado de uma coragem que se poderia considerar nos limites da provocação intelectual. É o caso, entre outros, da sua análise do fenómeno do carisma – que Hermínio entende no seu sentido weberiano forte, e não como sinónimo de «popularidade», que parece ter tomado conta dos nossos *media*. Os dois casos que analisa, por os considerar os melhores expoentes desta forma de legitimação da acção política e do seu entrosamento com a sociedade em que emergem, são o de Sidónio Pais e o «impessoalismo carismático» que atribui ao Partido Comunista Português, sobretudo após 1945. Outro exemplo poderia ser encontrado na sugestão que avança de uma relação próxima entre um fundo cultural católico e a viragem de uma fracção significativa da juventude para posições políticas de extremo radicalismo, incluindo a formação de grupos marxistas-leninistas em Portugal (tendo Hermínio notado que muitos acabaram por virar quadros políticos de direita...), a exemplo do que terá acontecido em Espanha e na Irlanda (onde as conotações nacionalistas terão tido uma importância maior do que o marxismo) ou mesmo em Itália e na América Latina. São propostas ousadas como esta – e não tanto o seu cabal e completo esclarecimento através da produção de elementos empíricos de comprovação – que constituem o encanto desta obra e a alcandoram ao estatuto de alimento para o nosso espírito, se formos habitados por um *quantum* de curiosidade científica alicerçada no levantamento de hipóteses fecundas e engenhosas. Ou, se preferirmos: se estivermos disponíveis para o desafio que uma conjectura comporta, em vez de esperarmos o sossego de um teorema (por muito belo que este seja).

Para finalizar este ponto, é necessário realçar que Hermínio não se cansa de introduzir uma dimensão humana nas suas reflexões. Mesmo quando sente que é necessário discordar de alguma tese,

não deixa de ter uma palavra de compaixão e profundo respeito por aqueles que – como os opositores a Salazar, que o caracterizavam como «fascista», ou as vítimas da ditadura brasileira, para não falar dos exilados portugueses, entre os quais se contava – pagaram caro a sua ousadia cívica. Esta relação afectiva com os actores que agiam em prol da liberdade é estruturante desta obra.

O motor da imaginação aqui presente é essencialmente de cariz sociológico, como seria de esperar de um texto de Hermínio. Mas a vastidão da sua curiosidade não parecia conhecer fronteiras, e ao longo das páginas que nos deixou somos levados a deambular por um diálogo transdisciplinar (omitido no título, mas que deveria dele constar em lugar de relevo) que nos conduz da história (de Eric Hobsbawm a Immanuel Wallerstein) à psicologia social (Timur Kuran), da antropologia social (Victor Turner, Clifford Geertz, Louis Dumont, Marcel Mauss) à ciência política (Howard Wiarda, Seymour Martin Lipset, Laurence Whitehead, Philippe Schmitter), num exercício de verdadeiro polímato. No entanto, a sua âncora parece estar firmemente no campo da sociologia, e é por demais evidente o tributo que Hermínio presta a Max Weber como fonte matricial da sua análise dos regimes políticos. Esse tributo surge na estrutura do argumento segundo o qual Portugal terá sido atravessado por um confronto permanente entre as condições sócio-económicas de país periférico e com níveis de desenvolvimento precários e a natureza e condições de sobrevivência dos vários regimes, mais ou menos sofisticados, que experimentou, sem cair na tentação de absolutizar essa relação como uma dependência da instância política que lhe retirasse densidade ontológica, antes lhe reconhecendo uma relativa autonomia, e considerando que «estrutura e conjuntura podem interagir de forma perversa». Como refere, os argumentos que associam níveis de desenvolvimento e formas de vida política não são, de modo nenhum, directos. Vejam-se as suas considerações acerca de relação entre Portugal e a Europa, que cobrem uma vasta gama de domínios analíticos e que podiam ser ou não «assíncronas e heterocrónicas». Dáí o dilema que recorre neste texto entre considerar Portugal um país «precursor» (na instalação da República, na legislação sobre família, incluindo a questão do divórcio por mútuo consentimento, no alargamento dos direitos de voto às mulheres, na abolição da pena de morte, não exceptuando, como outros, as possessões em África e na Ásia...) ou «atrasado» (o falhanço da democratização após a Segunda Guerra Mundial...).

Resgata-se assim o agenciamento humano. Mas a atenção não vai apenas para os indivíduos que ocupam a boca de cena – como no caso de Marcelo Caetano, cuja responsabilidade individual e estritamente política é crucial na análise que Hermínio faz da «transição falhada» após 1968 –, antes se foca na sua construção enquanto sociedade, com patamares intermédios de comunalidade. Não se estranha por isso que a palavra lhe fuja repetidamente para referências societais, desde a composição sócio-profissional da Assembleia Constituinte de 1911 ao contraste de origens sociais entre o alto clero e a elite militar do Estado Novo, sobre as quais constrói algumas hipóteses que poderão vir a ser exploradas para além do horizonte que esboçou.

Uma segunda locução emerge no título: «mudança de regime». O conceito de regime que subjaz à análise que nos é proposta consiste numa constelação de instituições sociais e princípios de organização societal, uma acepção que vai buscar a Hypollite Taine e a Augustin Cournot e que confronta com o «conceito fraco» que se limitaria a considerar instituições e práticas principalmente políticas com uma carga simbólica pesada. É a acepção forte que o autor perfilha que contribui para que o âmago da sua análise seja de natureza sociológica e não estritamente politológica.

Em paralelo, Hermínio adopta uma visão abrangente do conceito de «mudança», admitindo que o que está em causa é uma alteração significativa da relação normativa entre o Estado e a sociedade. Podendo assumir um carácter formalizado – por exemplo, através da adopção de uma nova constituição, de símbolos nacionais, como a bandeira, o hino e a moeda – e mesmo de definição de novas instituições cerimoniais, ou, num sentido mais amplo, novas *credenda* e *miranda* (conceitos que recolhe numa obra de Charles Merriam de 1934), este cardápio de atributos não se substitui a uma análise alargada que englobe acima de tudo um complexo de relações políticas, sócio-económicas e ético-religiosas, entre outras que poderiam ser convocadas, uma vez que Hermínio recorre a Marcel Mauss para sugerir que as mudanças de regime, em sentido lato, poderiam talvez ser consideradas um fenómeno social ou humano total. Deriva deste entendimento o peso que Hermínio dedica a dois fenómenos sociais. Por uma banda, a vida religiosa e o modo como foi profundamente alterada ao longo do século xx português. Na nossa era secularista temos por vezes dificuldade em entender como o passado recente era, nas palavras de L. P. Hartley, um «país estrangeiro»

onde as pessoas viviam de maneira substancialmente diferente, emprestando à «administração do sagrado» um papel cimeiro que hoje, depois do que Hermínio chamou «grande guerra cultural», claramente não tem. Por outra, a questão do «pretorianismo» – a circunstância de os regimes políticos terem vivido mais ou menos directamente à sombra das espadas –, que insere esse século num tempo mais dilatado, o qual se estende de 1820 até à adesão do país à então CEE, em 1986. A história militar assume assim, pela resiliência que evidencia, uma dimensão central na discussão da evolução política do país.

Neste quadro delimitado por conceitos fortes, a questão da mudança de regimes não se circunscreve a eventos discretos, antes se assume como algo que pode ter uma extensão cronológica alargada – como bem se ilustra com o exemplo do 28 de Maio, cuja cristalização, após um período de convulsões internas na «situação», viria a dar-se apenas em 1933 com a emergência do Estado Novo e a adopção da sua Constituição. Pegando nas palavras de Hermínio, «as mudanças de regime podem levar anos e ser turbulentas». Voltaremos a este ponto na secção seguinte desta apresentação.

Por outro lado, a adopção de conceitos fortes também permite que Hermínio não fique aprisionado pela literatura que tem vindo a ser produzida a um ritmo galopante sobre transições políticas e que, em primeira linha, se preocupa com as transições para a democracia. Na verdade, a «terceira vaga de democratizações» gerou um interesse académico sem precedentes pelo fenómeno da mudança de regimes, se bem que houvesse já trabalho sério no domínio da «transitologia», sobretudo focando as crises das democracias em décadas anteriores – tema que parece estar a ganhar novo fôlego devido à reemergência de formas de organização política que desafiam as bases democráticas tais como são entendidas pelo menos no *cânon* ocidental. É precisamente à fonte desses estudos sobre transição política que Hermínio recorre: novamente Max Weber. E fá-lo para alargar o conceito de «transição» para além da dicotomia democracia/autoritarismo (ou totalitarismo). É esse alargamento que lhe permite abordar o 5 de Outubro e a instauração da República como uma das três mudanças de regime que marcam o Novecentos português, sem que tenha havido uma ruptura no que diz respeito a esse aspecto: tanto a monarquia constitucional como a República, sobretudo nos anos de predomínio parlamentar, eram regimes liberais que não diferiam

significativamente na articulação do poder político com a cidadania. Nem por isso essa data deixa de poder ser associada a uma ruptura de regime – em sentido forte –, com profundas consequências, que haveriam de perdurar.

De salientar que Hermínio tem a noção clara de que o conceito de democracia sofreu uma evolução histórica e que, antes de 1917 e das proclamações do presidente americano Woodrow Wilson, era um conceito que estava longe de concitar o grande consenso (que pode ser mais uma fraqueza do que uma virtude, se assentar em definições minimalistas ou excessivamente formalistas que o prendem a contextos específicos) de que hoje desfruta. Por isso lhe dedica uma secção do capítulo 2 que é fulcral para o entendimento do sentido abrangente que empresta à noção de «mudança de regime» em sentido histórico.

Outro aspecto em que Hermínio solta um grito de independência diz respeito à associação, hoje amplamente disseminada, que articula de forma quase determinística a transição política para a democracia, e a sua sobrevivência, com uma transição a nível económico para a economia de mercado. A este procedimento intelectual chama Hermínio uma «tautologia transitológica» – e dela se distancia, discutindo o exemplo português à luz dos seus pressupostos, para sugerir que terá havido uma «dessincronia» entre esses movimentos, admitindo mesmo que Portugal se desfez do seu passado autoritário através de um processo que o levou a deter, mesmo que temporariamente, o mais importante sector público (nacionalizado) na Europa ocidental em tempos de paz. Veremos mais adiante que essa circunstância não terá sido fortuita nem dissociada do modo como a democracia ganhou raízes sociais entre nós após quarenta e oito anos de regime autoritário. O exemplo português ganha então em ser comparado com o espanhol, por muitos alcandorado ao estatuto de «modelo» prescritivo para transições políticas – o que Hermínio faz a mais do que um título (dedica-lhe expressamente pelo menos duas secções do seu texto, além de outras referências esparsas). Para Hermínio, a democratização das sociedades e dos seus Estados possui uma densidade ontológica própria que não permite que possa ser subsumida como variável dependente de movimentos económicos supostamente mais profundos nem que deles seja refém. Se assim não fosse, a possibilidade de escolha que habita o coração da democracia como sistema político seria seriamente cerceada, negando a sua essência.